

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº	DE 27 DE FE	EVEREIRO	<b>DE 2024</b>

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N° 7, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013, QUE INSTITUI O ESTATUTO DA GUARDA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** O inciso II, § 1º, do artigo 26 da Lei Complementar nº 7, de 29 de novembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26	
§ 1°	
II - afastamento para o exercício de cargo em comissão, salvo para os c previstos na Lei Complementar Municipal nº 5, de 19 de novembro de 2013 cargos previstos nesta Lei.	_
" (NR)	

- **Art. 2º** Os Guardas Municipais ocupantes de cargos comissionados de que trata o artigo 1º desta Lei, ao tempo de sua publicação, terão o período de exercício nestes cargos computados para fins de estágio probatório ou progressão profissional.
- **Art. 3º** Os Guardas Municipais que ocuparam os cargos comissionados de que trata o artigo 1º desta Lei, antes da data de sua publicação, poderão solicitar o reconhecimento retroativo do período correspondente ao estágio probatório e da progressão profissional, sendo vedado o pagamento retroativo dos benefícios remuneratórios decorrentes deste reconhecimento, que deverão ser pagos a partir da efetivação do estágio probatório e da progressão funcional.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DO PREFEITO

**Art. 4º** O cômputo e o reconhecimento do tempo de exercício em cargos em comissão previstos na Lei Complementar nº 5/2013 e na Lei Complementar nº 7/2013 não dispensam a necessidade de avaliação do servidor ocupante do cargo de Guarda Municipal para fins de conclusão do estágio probatório e da concessão de progressão profissional.

**Art. 5**° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas/PA, 27 de fevereiro de 2024.

DARCI JOSÉ LERMEN
Prefeito Municipal